Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
SECRETARIA DAS SESSOES

DECISÃO SIMPLES DA 2ª CAMARA	**:**	**DS02-SECSES-151/2013**
PROCESSO TC/MS	**:**	TC/4922/2010
PROTOCOLO	**:**	985731
ÓRGÃO	**:**	PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA
RESPONSÁVEL	**:**	ZELIR ANTÔNIO MAGGIONI
CARGO DO RESPONSÁVEL	**:**	PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**	CONTRATO ADMINISTRATIVO 046/2010
RELATOR	**:**	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
SESSÃO	**:**	7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª CÂMARA DE 7-5-2013

A 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

Por unanimidade de votos, nos termos do relatório e voto do Conselheiro-Relator e acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDE:**

1 - ILEGALIDADE e IRREGULARIDADE, da 2ª (segunda) etapa da contratação pública (art. 311, inciso II, do RITC/MS) no que tange aos atos relativos a execução do CONTRATO N.º 046/2010, celebrado entre o MUNICÍPIO DE SONORA - MS (CNPJ Nº 24.651.234/0001-67) - Contratante representado pelo prefeito municipal, Sr. ZELIR ANTONIO MAGGIONI (CPF nº 321.982.721-72) e empresa ALESSANDRA REGINA IVALE - ME (CNPJ Nº 11.873.724/0001-66) – Contratada, pela execução de despesa sem prévio empenho e ausência de prestação de contas de parte da execução do contrato o que impossibilita aferir se o ordenador de despesa cumpriu os estágios de execução de despesa, ou seja, se houve o empenho, liquidação e pagamento da obrigação assumida o que desatende os princípios aplicáveis a administração pública (art. 37, da CF), regras de administração financeira e orçamentária (art. 70, da CF) e preceitos da Lei Federal nº 4.320/64, em especial os art. 58, art. 60, art. 62 e art. 63, com fulcro no art. 312, inciso II, segunda parte, do RITC/MS e art. 59, inciso III, Lei Complementar nº 160/2012;

2 - IMPUGNAÇÃO da quantia de R$ 971,70 (novecentos e setenta um reais e setenta centavos) referente a parte da execução da despesa do CONTRATO N.º 046/2010, por ter sido realizada sem prévio empenho e por ausência de prestação de contas, responsabilizando o ordenador de despesas, ocupante do cargo de Prefeito Municipal de SONORA - MS, Sr. ZELIR ANTONIO MAGGIONI (CPF nº 321.982.721-72), a restituir aos cofres públicos o valor impugnado art. 37, §3º da Lei Complementar nº 048/90 (art. 42 e art. 61, da Lei Complementar nº 160/2012) e art. 312, inciso II, alínea "b", do RITC/MS, devidamente atualizado (art. 37, inciso XI, da Lei Complementar nº 048/090) e acrescido de juros legais (art. 165, do RITC/MS), para que se evite prejuízos à Fazenda Pública, no prazo de 60 (sessenta) dias (art. 212, § 1º, do RITC/MS), informando este Tribunal no mesmo prazo, sob pena de cobrança judicial, pela via executiva;

3 - Aplicação da sanção de MULTA ao ordenador de despesa: ZELIR ANTONIO MAGGIONI (CPF nº 321.982.721-72), porquanto foi o responsável pela assinatura e execução do CONTRATO N.º 046/2010, no valor total de 200 (duzentas) UFERMS, pela ausência de prestação de contas de parte da execução do contrato e execução de despesa sem prévio empenho, violando, dessa forma, os preceitos da Lei Federal nº 4.320/64, em especial os art. 58, art. 60, art. 62 e art. 63, os princípios aplicáveis a administração pública (art. 37, da CF) e regras de administração financeira e orçamentária (art. 70, da CF), com fulcro no art. 53, incisos II, e III, da Lei Complementar nº 048/090 (art. 42 c/c art. 44, da Lei Complementar nº 160/2012) e art. 197, inciso II e III, do RITC/MS, a ser recolhida no prazo de 60 (sessenta) dias ao Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas - FUNTC, sob pena de adoção das medidas judiciais cabíveis;

4 - COMUNICAÇÃO do resultado deste julgamento as autoridades administrativas competentes (art. 50, da Lei Complementar nº 160/2012 e art. 106, do RITC/MS) e demais interessados, em conformidade com as normas legais.

Participaram, ainda, do julgamento os Excelentíssimos Senhores Conselheiros JOSÉ ANCELMO DOS SANTOS e MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO.

Presente o Excelentíssimo Senhor Procurador de Contas, Dr. TERTO DE MAORAES VALENTE.

Sala das Sessões, 7 de maio de 2013.

(a)Conselheiro Iran Coelho das neves
Presidente

CERTIFICADO

CERTIFICO o cumprimento do Parágrafo único do artigo 97 do Regimento Interno do Tribunal de Contas.

MARISA JOANA CHENA
CHEFE DA SECRETARIA DAS SESSÕES
TC/MS

MJC/ba